



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete da Presidência

RESOLUÇÃO Nº 17/2024

Regulamenta a [Lei Complementar nº 196, de 1º de julho de 2024](#), que criou a Contadoria Judicial Estadual.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a aprovação da [Lei Complementar nº 196, de 1º de julho de 2024](#), alterando a [Lei Complementar Estadual nº 96/2010](#), para dispor sobre a criação da Contadoria Judicial Estadualizada;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a organização e o funcionamento da Contadoria Judicial Estadual, a fim de garantir a eficiência, a celeridade, bem como a qualidade dos serviços prestados;

CONSIDERANDO a importância de promover a padronização dos procedimentos contábeis e a otimização da gestão dos processos judiciais que demandem atuação da contadoria judicial;

CONSIDERANDO os termos do processo administrativo SEI 003318-83.2024.8.15;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instalada a Contadoria Judicial Estadual no âmbito do Poder Judiciário da Paraíba, órgão de apoio judicial com atuação em todo o Estado, responsável, quando demandados pelos Juízes, pela realização de cálculos e demais atividades correlatas, em processos judiciais que tramitem em meio eletrônico.

Art. 2º Os servidores designados para Contadoria Judicial Estadual, que tem como sede a Comarca de João Pessoa, trabalharão em todos os processos judiciais do Estado demandados para o órgão, recaiando àqueles que não estejam lotados na sede o dever de prestar o labor presencialmente na Comarca de lotação, com exceção dos servidores em regime de teletrabalho.

~~**Art. 3º** A Contadoria Judicial Estadual será coordenada por um Juiz de Direito da comarca da Capital designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, e chefiada por um servidor do quadro de pessoal do Poder Judiciário, lotado na Capital.~~

Art. 3º A Contadoria Judicial Estadual será coordenada por um Juiz de Direito de entrância final designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, e chefiada por um servidor do quadro de pessoal do Poder Judiciário, lotado na Capital. [\(redação dada pela Resolução TJPB nº 13/2025\)](#)

Art. 4º O quadro de pessoal da Contadoria Judicial Estadual será composto por servidores do Poder Judiciário – efetivos, comissionados ou requisitados – designados pela Presidência do Tribunal de Justiça, que atuarão em todos os processos do Estado, a partir de suas Comarcas de lotação.

§ 1º Os servidores designados para a Contadoria Judicial Estadual manterão suas lotações e cargos de origem.

§ 2º Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça designar os servidores que ocuparão as funções comissionadas previstas no art. 255 da [Lei Complementar Estadual nº 96/2010](#), com redação dada pela [Lei Complementar Estadual nº 196/2024](#).

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO

Seção I Das Atribuições

Art. 5º Compete à Contadoria Judicial Estadual:

I – realizar cálculos em processos judiciais, tais como ações de cobrança, esboço de partilha em inventários, divórcios, dissoluções de união estável, alimentos e execuções de sentença;

II – prestar informações aos magistrados e servidores sobre cálculos relacionados aos processos judiciais;

III – realizar outras atividades correlatas, por determinação do Juiz Coordenador.

§ 1º Não constituem atribuições da Contadoria Judicial Estadual a realização de perícias judiciais, as atualizações das penas de multa e prestações pecuniárias, os cálculos relativos ao pagamento de precatórios, entre outras hipóteses que podem ser elencadas pelo Juiz Coordenador do órgão.

§ 2º Na ausência de qualquer informação considerada essencial à elaboração do cálculo, os processos poderão ser devolvidos à unidade judiciária de origem para saneamento da omissão, mantida a ordem cronológica anterior quando sanado o vício.

§ 3º Após a elaboração dos cálculos, os processos judiciais eletrônicos devem ser devolvidos à unidade judiciária competente por meio de movimentação processual adequada.

Art. 6º Compete ao Juiz Coordenador da Contadoria Judicial Estadual:

I – supervisionar e coordenar as atividades da Contadoria Judicial Estadual;

II – propor e implementar medidas para o aprimoramento dos serviços prestados pela Contadoria Judicial Estadual;

III – devolver, ao juízos de origem, os processos que não sejam de atribuição da Contadoria Judicial Estadualizada;

IV – exercer outras atribuições previstas em lei ou regulamento.

Seção IV Do Funcionamento

Art. 7º A Contadoria Judicial Estadual funcionará virtualmente nos processos judiciais eletrônicos (PJe), sendo vedado o encaminhamento de processos físicos.

Art. 8º A distribuição de processos para a Contadoria Judicial Estadual será realizada de forma eletrônica, observando-se o sistema de rodízio e a especialidade dos contadores, quando houver.

Art. 9º A Contadoria Judicial Estadual adotará sistema de controle de produtividade, a fim de garantir a eficiência e a celeridade na realização dos cálculos e demais atividades.

Art. 10. O Juiz Coordenador da Contadoria Judicial Estadual poderá requisitar informações e documentos aos órgãos do Poder Judiciário, bem como aos demais órgãos da Administração Pública, para o cumprimento de suas atribuições.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. A Diretoria da Tecnologia da Informação deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, promover os ajustes no sistema PJe para possibilitar o integral cumprimento desta Resolução.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Tribunal de Justiça e pelo Juiz Coordenador da Contadoria Judicial Estadual.

Art. 13. A Contadoria do Tribunal de Justiça da Paraíba deverá manter a realização dos cálculos de multa pelo período de 90 (noventa) dias após a data de entrada em vigor da presente resolução.

Parágrafo único. Decorrido o prazo mencionado no caput, os cálculos de multa passarão a ser realizados pelos analistas e técnicos em exercício nas varas de execução penal.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor 30 (trinta) dias da data de sua publicação. Gabinete da Presidência, datado e assinado eletronicamente.

**Desembargador João Benedito da Silva
Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba**

Este texto não substitui o publicado no DJe de 27.09.2024.